O uso do museu no ensino escolar de História

The use of the museum in history school education

Goreti Pélagué Pereira da Silva¹
Ricardo de Aguiar Pacheco²

Resumo

Este artigo é recorte da pesquisa de mestrado, e surgiu da necessidade de abordar os museus como espaços privilegiados para o ensino escolar de história. Foi feita revisão bibliográfica sobre o ensino de história e sobre educação em museus. Analisamos a função social do ensino de história nos países, compreendendo a disciplina como principal na construção da cidadania nos alunos e alunas. Tão importante quanto o estudo dos fatos e conceitos próprios da disciplina, o ensino de história deve ser feito a partir da problematização dos documentos/fontes, eventos e narrativas históricas, a fim de desenvolver a criticidade dos alunos e alunas. Entendemos o patrimônio cultural presente nos museus como documento histórico fundamental para a análise do passado, com as demandas e o olhar crítico do presente, apontando para o futuro que se pretende construir. Estudar história através dos bens culturais fortalece a formação de indivíduos que conseguem ler e interpretar o mundo em que vivem e que se reconhecem como agentes construtores e transformadores da realidade social.

Palavras-chave: Ensino. História. Museus.

Abstract

This article resulted from the master's research, being part of the dissertation presented to the postgraduate program in History by the Federal Rural University of Pernambuco. It arose from the need to approach museums as privileged spaces for school history teaching. A bibliographic review was made on the teaching of history in Brazil and on education in museums. Thus, we analyze the social function of history teaching in Brazil, understanding the discipline as the main one in the formation of citizenship in the subjects. We analyze that the school history discipline must go beyond the study of historical concepts and facts, but also problematizing documents, facts and narratives of history. Thus, it strengthens the critical sense and builds subjects aware of their role in society. And the material cultural heritage present in museums is a fundamental historical document for the analysis of the past from the critical point of view and the social problems of the present time.

Keywords: Teaching. History. Museum.

Introdução

Da ideia mais simples de 'coleção' às suas mais diversas e abrangentes funções, o museu hoje é, além de um espaço de preservação da memória, um lugar

¹ Mestra em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), pelague@msn.com.

² Pós-doutor em História, docente do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), ricardo.pacheco@ufrpe.br.

de estudo, investigação, questionamento e ressignificação do passado a partir da demanda e do olhar crítico do presente.

De acordo com Ramos (2004), museus não são extensões das salas de aula, apesar de serem lugares próprios para o ensino e a aprendizagem. Eles se constituem em instituições com objetivos mais amplos, usos diversos e de utilização de toda sociedade. Os espaços museais possuem inúmeras formas de serem explorados pelos seus visitantes, e sua dimensão didática é alcançada através do(a) docente em sua proposta pedagógica.

Cada vez mais os museus vêm sendo explorados pelos professores em sua função didática, aonde a turma é levada com o objetivo de vivenciar uma experiência de confronto entre sujeito (aluno(a)) e objeto (exposição). O atual conceito de museus já estabelece a dimensão educativada instituição e mesmo nas formatações mais antigas, sempre foram espaços dedicados ao ato de aprender e de ensinar.

Já foram previstas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) as discussões sobre memória e patrimônio nas aulas de história (BRASIL, 1996), sendo a visitação a museus uma ferramenta didática bastante utilizada pelos(as) docentes. Por sua vez, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2019), que atualmente rege o ensino brasileiro, também propõe para o ensino fundamental o estudo dos patrimônios histórico e cultural, destacando os lugares de memória no âmbito local.

Assim, diferentes documentos normativos oficiais destacam a importância da utilização do patrimônio histórico e cultural na formação dos(as) alunos(as), reconhecendo e reforçando que o estudo das memórias coletivas é fundamental para a formação da cidadania e da identidade dos(a) estudantes.

Nesse sentido, buscamos analisar a importância do uso dos museus nas aulas de história, quando o museu é o eixo norteador da proposta didática. Ou seja, pretendemos discutir sobre a potencialidade e a importância da educação em museus feita no âmbito do ensino de história, entendendo os bens culturais como documento histórico.

Através de revisão bibliográfica, recorreremos ao estudo da história do ensino escolar de história no Brasil para compreendermos que sua função social passou

por diversas transformações, estando ligada aos interesses de diferentes instituições e grupos sociais, que tinham diferentes objetivos – desde a formação moral baseada no cristianismo, passando pela construção de uma identidade nacional, até a preocupação com a formação da cidadania nos sujeitos.

Este artigo está organizado em três partes, as duas primeiras buscam discutir a importância do ensino de história na formação de sujeitos conscientes de seu protagonismo na sociedade e sua atuação enquanto agentes históricos transformadores da realidade social.

Os museus são instituições que preservam a memória coletiva (Halbwachs, 1990) dos diversos grupos sociais, portanto, são espaços que reforçam a identidade cultural de determinada sociedade, conectando passado-presente-futuro. Por isso, são lugares férteis para o estudo da história, em que alunos e alunas lançam o olhar crítico a partir das demandas do hoje sobre os vestígios do passado, projetando um futuro esperado.

Por fim, tratamos do ensino de história em espaços museais, ou seja, utilizando os bens culturais como fonte da história. Para isso, utilizamos as metodologias da Educação Patrimonial (HORTA; GRUNZBERG; MONTEIRO, 1999), o Estudo do Meio (BITTENCOURT, 2001) e o Planejamento de Três Tempos (PACHECO, 2012).

Função social do ensino de história

Entendemos que a disciplina escolar de História no Brasil passou por profundas transformações desde a década de 1960, sob a influência do marxismo e, mais adiante, da Escola dos *Annales* (FONSECA, 2009), ampliando seu olhar eurocêntrico e elitista, a fim de abrir espaço para temas relativos ao popular, às minorias, ao cotidiano etc. O próprio conceito de documento e fonte histórica se ampliou, reconhecendo o valor e a importância das novas fontes de investigação do passado.

Sabe-se que a História e a Antropologia se aproximaram nas últimas décadas e dessa relação novas abordagens históricas surgiram. O marxismo, que privilegiava

questões relacionadas à economia e às relações de classe, abre espaço para temas relacionados à cultura, ao cotidiano, ao simbólico.

Essa transformação da forma de fazer da pesquisa histórica influenciou o ensino escolar de História, tendo em vista que foi reconhecida sua importância e incorporados ao ensino básico temas relativos ao cotidiano, às minorias, ao popular, o que levou a uma verdadeira renovação do ensino de História.

Os métodos tradicionais de ensino estavam sofrendo sérias críticas e já não davam conta do ambiente de diversidade que se tornaram as escolas. O desafio se tornou, então, “trabalhar com alunos de diferentes condições sociais e culturais” (BITTENCOURT, 2011, p. 228).

Para superar essas metodologias é preciso entender que o saber escolar não é um conjunto de informações e conhecimentos a serem absorvidos pelo estudante. É necessário incluir o saber prévio do aluno, bem como reconhecê-lo como protagonista do processo de ensino/aprendizagem e a bagagem cultural que ele traz para a escola.

O ensino de História no Brasil viveu um movimento de mudanças, principalmente após o período da ditadura militar, com reformulações dos currículos enfatizando o alcance às camadas populares. Sob a influência dos pressupostos da psicologia da aprendizagem piagetiana, os PCNs deram novas perspectivas para o ensino, com currículos que ressaltam a “relação entre ensino e aprendizagem e não mais exclusivamente o ensino” (BITTENCOURT, 2011, p. 103).

Segundo Bittencourt (2011, p. 105) ao ensino de História não cabe a função de transmitir conteúdos “valorizados pelos setores dominantes, mas se ater a conteúdos significativos”. Ou seja, é preciso que haja preocupação com o seu significado objetivo para o sujeito, com saberes que se relacionam e estão inseridos na sua realidade de vida.

Para isso, se faz necessário proporcionar aos alunos e alunas experiências didáticas que vão além do livro, caderno e quadro. Levar a turma para o museu é uma das possibilidades que o(a) docente tem para promover a descoberta de novas fontes e novos olhares para um determinado fato, tema ou tempo histórico.

O que ensina o ensino de história

Pensar sobre o que e como ensinar em história na educação básica implica repensar sua legislação, estrutura e práticas de ensino. Também é importante entender o contexto para além da escola – a dinâmica da pós- modernidade e suas implicações na sociedade e cultura, na forma de ser, viver e fazer dos indivíduos nos primeiros anos do século XXI.

Entendemos que o mundo pós-moderno apresenta novos desafios num mercado de trabalho em grandes transformações, bem como sociedades conectadas através do processo de globalização e do uso das tecnologias digitais. Esses fatores interferem diretamente no que se espera dos sujeitos. Entre outras funções, o ensino escolar na atualidade busca esboçar caminhos de uma carreira profissional, a formação de cidadãos e cidadãs que interagem entre si respeitando as diferenças, além de integrar à vida as novas tecnologias.

As sociedades contemporâneas vivem uma efervescência de identidades e culturas. Vivemos no capitalismo global, na era da informação, das novas tecnologias que deixam tudo velho e desatualizado da noite para o dia. O fenômeno da globalização provoca uma abertura para novas identidades e faz com que as tradições vivam um processo reforço delas mesmas.

Outro efeito desse processo foi o de ter provocado um alargamento do campo das identidades e uma proliferação de novas posições-de-identidades, juntamente com um aumento de polarização entre elas. Esses processos constituem a segunda e a terceira consequências possíveis da globalização, anteriormente referidas – a possibilidade de que a globalização possa levar a um fortalecimento de identidades locais ou à produção de novas identidades. (HALL, 2006, p. 84-85)

A própria noção de tempo/espço se reduziu. Assim, trabalhar as noções de tempo, passado e memória exige uma abordagem diferente, um novo esforço do(a) professor(a). Cada vez mais se torna necessário agregar à sala de aula novas fontes e ferramentas, bem como desenvolver relações entre os conceitos históricos situando-os no passado e no presente.

Essas mudanças de paradigmas interferem na forma de ensinar/aprender na

atualidade, principalmente na disciplina escolar História, esta que se propõe a construir narrativas sobre o passado com o olhar do sujeito que o escreve no tempo presente.

A sociedade contemporânea brasileira é essencialmente múltipla em suas identidades e culturas. A ideia de uma nação multicultural ganhou amplo espaço no século XXI e permeia discursos e práticas políticas, também os espaços acadêmicos e o ensino nacional (FONSECA; SILVA, 2007).

Dessa forma, a escola e os currículos da atualidade caminham num sentido de abertura aos diversos saberes e sujeitos, desvinculando-se cadavez mais dos moldes elitistas e segregadores de tempos atrás. O saber escolar deve ser interdisciplinar e incluyente. É necessário formar sujeitos alinhados com uma concepção de mundo global, onde as diferenças se misturam e transitam livremente os diversos espaços sociais.

Segundo Freire (2011, p.53) “Minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também da história”. Nesse sentido, entendemos todos os indivíduos como construtores da história. Portanto, ensinar história hoje é construir sujeitos prontos para exercer sua cidadania, sujeitos conscientes de seu protagonismo na sociedade e na história, através da análise do seu espaço/tempo, das estruturas e problemas sociais, para então agir conscientemente na sociedade ao qual pertencem.

Hoje se busca ensinar para a diversidade e pluralidade, assumindo um compromisso com as parcelas da sociedade que há muito foram silenciadas e esquecidas da história do país. O cenário atual brasileiro exige que as identidades, tradições e memórias sejam reafirmadas e preservadas. Ao ensino de história cabe a responsabilidade de promover a re/desconstrução das ferramentas ideológicas e conceituais de dominação e desrespeito à vida humana.

O documento normativo em voga – BNCC – teve sua primeira versão escrita em 2015, mas é em 2017 que acontece sua homologação, com as orientações curriculares voltadas para a educação infantil e o ensino fundamental. Lembrando que a BNCC para o ensino médio só foi homologada pelo MEC em 2018.

Em seus fundamentos pedagógicos a BNCC destaca o ensino através do desenvolvimento de competências, baseando-se na LDBEN (1996), reforçando a ideia de que o conhecimento escolar deve estar em consonância com esta visão de ensino.

Também é destacado no seu texto o compromisso com a “educação integral” do aluno, ou seja, com sua formação “global”, essa:

implica compreender a complexidade e a não linearidade desse desenvolvimento, rompendo com visões reducionistas que privilegiaram a dimensão intelectual (cognitiva) ou a dimensão afetiva. (BRASIL, 2019, p. 14).

A noção de “eu”, de “outro” e de “nós”, começando pela ideia de família e pertencimento a um pequeno grupo, para então entender os diversos grupos sociais. Também a compreensão do tempo e do espaço, bem como da concepção das transformações dessas dimensões são o foco do ensino fundamental.

Outro ponto importante que norteia o ensino de história é a noção de tempo histórico e periodização. Situar cronologicamente os grandes momentos/fatos históricos é proposto para os anos finais do ensino fundamental. Os eventos históricos são sistematizados numa linha do tempo, bem como a ação dos homens e das diversas sociedades e culturas ao longo do tempo, em diversos espaços.

Um ponto importante do ensino escolar de História é a noção de continuidades e de permanência. Tanto o texto dos PCNs como o da BNCC ressalta a importância de que os alunos compreendam que os grupos, povos e culturas mudam ao longo do tempo e que também mantêm algumas de suas tradições.

Identificar documentos históricos e fontes de informação é um dos objetivos do ensino de história já no primeiro ciclo (do 1º ao 5º ano do ensino fundamental), utilizando dos documentos históricos para desenvolver a habilidade de organização e compreensão de informações, bem como conhecer as várias formas de registro da ação humana no tempo.

Outra característica do ensino de história no ensino básico é a formação da cidadania dos alunos, a partir da tónica do século XXI de expansão dos direitos e inclusão dos diversos grupos e culturas antes esquecidos, excluídos. E, para

compreender os desdobramentos e a complexidade das questões referentes à cidadania, é preciso analisar essas demandas situando-as na história.

Várias são as forças que atuam para determinar quais saberes devem ser construídos nas escolas, o que as crianças e jovens devem aprender ao longo de toda vida escolar. Algumas dessas influências são políticas, sociais, econômicas e culturais, afinal a formação dos cidadãos se relaciona ao projeto de nação de cada país.

Ensinar e aprender na atualidade gera diversos desafios para professores e alunos. De acordo com Pacheco (2017, p. 134):

Contemporaneamente é postulado que, para além da mera instrução do aluno, a ação do professor cada vez mais se afasta da mera instrução [...]. Volta-se para o desafio de promover o desenvolvimento de estruturas mentais próprias do processo de aquisição das diferentes linguagens utilizadas pelas comunidades para representar e interpretar o mundo em que estão inseridos.

Ensinar na contemporaneidade é construir a mudança nas estruturas que ainda servem para oprimir e segregar os sujeitos, a partir da concepção freiriana de que os educandos são agentes transformadores de suas realidades nos âmbitos individual e coletivo. Ensinar está diretamente ligado ao exercício de cidadania, em construir essa cidadania nas crianças e adolescentes, a fim de um comprometimento com a análise e ação consciente no espaço que em se insere.

As sociedades contemporâneas buscam garantir espaço para as inúmeras identidades (individuais e coletivas) e memórias sociais, que se fortalecem e ressurgem para dar voz aos sujeitos e grupos múltiplos e complexos. É necessário o comprometimento em privilegiar uma concepção de educação para a diversidade, para a pluralidade, articulando o pensar e o agir, o saber e o fazer, dando conta das demandas atuais por autonomia e liberdade.

São essas situações que o docente de qualquer área do conhecimento precisa criar em sala de aula, para que então se desenvolvam as habilidades dos alunos diante dessas experiências.

Ensino de história em museus

Como proposta às demandas atuais por novas abordagens do ensino de história, a utilização de espaços museais se apresenta como uma forma para dar conta das exigências pedagógicas atuais. Ensinar história a partir dos documentos históricos da exposição é uma forma de suscitar situações-problema que se referem à construção da memória, seja ela local ou nacional, de um grupo social dominante ou das minorias.

Os museus são constituídos por objetos que compõem o seu acervo. A escolha do que é apresentado ao público compõe a sua exposição. E a organização da exposição – expografia – expressa a intencionalidade da narrativa que se pretende ser lida pelos visitantes. Nos casos de museus de História, essa escolha se dá pela busca em evidenciar, exaltar, lembrar a história de algum povo. Isso acontece por meio dos objetos culturais expostos, ou seja, através dos vestígios materiais.

Museus históricos geralmente possuem relação com o espaço físico (comunidade, cidade, estado) em que se localizam. Ou seja, estabelecem ligação com as pessoas que o circundam, com o modo de ser, fazer e viver da comunidade ao qual pertencem, remetem a um passado local que mantém laços com o presente – laços estes muitas vezes atemporais.

A definição mais atual de museu segundo o International Council of Museums é:

Museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento, aberto ao público, que adquire, conserva, pesquisa, comunica e exhibe o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu meio ambiente, para fins de educação, estudo e apreciação (ICOM, 2017).

Em 2013 o Instituto Brasileiro de Museus (Ibram) foi criado sob a Lei nº 11.906/2009 através do decreto presidencial de nº 8.124, que também regulamentou a Lei 11.904/2009, denominada Estatuto de Museus. Esse documento estabelece:

Art. 2º. IX - museu - instituição sem fins lucrativos, de natureza cultural, que conserva, investiga, comunica, interpreta e expõe, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de outra natureza cultural, abertos ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento; (BRASIL, 2013, s.p)

Diferente dos museus europeus dos séculos XVIII e XIX, que projetavam o passado buscando uma verdade histórica única e oficial, no Brasil o campo museal passou por diversas transformações.

No início do século XX, os museus foram criticados por representarem somente a história oficial e o patrimônio das elites. Nos anos 60, com o advento da indústria cultural, decretou-se a sua morte. Contudo, a partir do movimento denominado Nova Museologia, seu conceito amplia, o museu se consolida como importante instrumento de difusão e democratização cultural (FERRARI, 2016, p. 151).

A autenticidade, característica principal dos museus modernos, cede espaço paulatinamente, à ideia de representatividade dos museus contemporâneos, no sentido em que diversos elementos culturais representativos dos múltiplos grupos sociais foram sendo incorporados a esses lugares de memórias.

Sabemos que o mundo ocidental pós-moderno se constrói na transição e transformação social, com caráter plural e contraditório, constituído por identidades múltiplas, conflitantes e fragmentadas (HALL, 2006). Da mesma forma os museus contemporâneos acompanham as dinâmicas atuais, se constituindo como lugares de disputa, da dialética da lembrança e do esquecimento.

Os museus operam com a memória de grupos sociais, ou seja, com memórias coletivas, que Halbwachs (1990, p. 26) conceitua como:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem.

Ou seja, a percepção de um fato ocorrido, quando compartilhado com um grupo, pode ser reforçada a partir da lembrança dos demais membros deste grupo. Esse reforço leva a um reconhecimento social, pois quando recorremos à lembrança de outros, estamos compartilhando também a forma como pensamos e as práticas dentro deste grupo.

Nesse sentido, objetos que são vestígios do passado têm o poder de unir em si lembranças individuais e coletivas, tendo sido eles de uso pessoal (privado) em sua função original, agora representam práticas culturais que um determinado grupo

compartilhava.

Os museus, por sua vez, são as “Caixinhas de lembranças” (PEREIRA, 2008) no âmbito coletivo e, portanto, “sua constituição se efetiva no lembrar e esquecer, pois a memória também possui subjetividade, de quem a preservou e a classificou” (SANTOS, 2021, p. 223). É nesse jogo de lembrança e esquecimento que se contituem as memórias individuais e coletivas, ou seja, são escolhas feitas no presente, a partir daquilo que se pretende salvaguardar, como uma teia que perpassa tempo/espaço e conecta gerações.

A valorização das memórias coletivas é tarefa primária dos museus e é na relação entre lembrança, esquecimento e poder que se constroem discursos e se colocam em evidência culturas e identidades. Essa escolha é feita a partir de uma dinâmica regida por elementos políticos, culturais, sociais dotados de poder na sociedade.

Ao ser reconhecida como narrativa legítima do passado de um grupo social, a memória coletiva está intrinsecamente relacionada à construção da identidade das sociedades, tecendo as narrativas do passado, mas também aponta para as potencialidades de um futuro que se deseja construir (PACHECO, 2017, p. 103).

Dessa forma, entendemos os museus como espaços de estudo do passado, do presente e do futuro. São espaços para se perceber os regimes de historicidade, onde podemos enxergar na materialidade dos objetos culturais os passos e descompassos da trajetória histórica dos grupos sociais.

As exposições museais constroem narrativas que variam de acordo com a especificidade de cada museu. Nelas ficam visíveis as rupturas, as transformações das sociedades em suas dinâmicas. Os museus são fontes riquíssimas para a percepção clara da ação humana no espaço-tempo, o que favorece o diálogo reflexivo entre sujeito e objeto.

Destacamos aqui que os objetos culturais expostos nos museus, quando utilizados como parte de um plano de aula, se tornam documentos, fontes, para o estudo da história, como nos diz a historiadora:

Objetos de museus que compõem a cultura material são portadores de informações sobre costumes, técnicas, condições, econômicas, ritos e crenças de nossos antepassados. Essas informações ou mensagens são obtidas mediante uma “leitura” dos objetos, transformando-os em

“documentos” (BITTENCOURT, 2011, p. 353).

A capacidade educativa dos museus vem sendo debatida e reconhecida cada vez mais no Brasil, deixando para trás a ideia de museus como espaços onde objetos “velhos” são expostos, identificados com informações de data, lugar e autor, e que nos falam apenas do passado (Almeida; Vasconcellos, 2010)

Estudar história através da educação patrimonial favorece a construção da cidadania dos indivíduos, uma vez que é estabelecida uma relação entre o passado e o presente por meio do resgate da memória social. Os objetos do patrimônio cultural de um povo fazem parte da constituição e reafirmação da sua história, eles se constituem como elementos fundamentais na construção e consolidação da identidade cultural dos grupos aos quais fazem parte.

No estranhamento do uso e da importância que determinado objeto teve no passado – já que não faz mais sentido seu uso original no presente – é possível pensar como mulheres e homens do século XIX se comportavam e se relacionavam entre si. Afinal, um objeto musealizado perde sua função original, sua função de uso, e passa a ser carregado de valor simbólico, como nos diz Ramos (2004):

Ao entrar no espaço expositivo, o objeto perde seu valor de uso [...]. Quando perdem suas funções originais, as vidas que tinham no mundo fora do museu, tais objetos passam a ter outros valores, regidos pelos mais variados interesses. (p. 19 e 29)

Assim, compreender o valor simbólico das peças exige um diálogo, uma interpretação. São as perguntas que lançamos aos objetos museais que dão sentido à peça, à exposição, ao museu; são os questionamentos de cada observador que determinam a sua relação pessoal com o objeto cultural exposto, conectando passado-presente-futuro.

Como um tema portador de um valor próprio – e não mais como alegoria de um passado – o patrimônio históricos musealizado é estratégia para a percepção das características culturais de diferentes momentos do passado (PACHECO, 2015, p. 1).

Questionamentos como esses favorecem, por exemplo, a percepção das permanências e rupturas da história, concepções importantes para a compreensão dos processos históricos.

Nesse sentido, entendemos os museus como espaços privilegiados de preservação e divulgação das memórias coletivas. Sendo que isso se faz através dos objetos culturais que apresentam traços da cultura de um grupo.

As instituições museológicas sempre se configuraram como espaços educativos e essa função sempre esteve presente nas definições desses lugares. Levar alunos para visitar museus é uma prática antiga e bem conhecida, mas o que tem crescido são as discussões sobre como transformar o passeio em aula.

As metodologias do estudo do meio (BITTENCOURT, 2011) e da educação patrimonial (HORTA, 1999) se preocupam com um trabalho que priorize o “desenvolvimento de habilidades do que à memorização de informações” (PACHECO, 2017, p. 76).

Horta, Grunzberg e Monteiro (1999) conceituam a metodologia da Educação Patrimonial como:

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento. A Educação Patrimonial é um instrumento de alfabetização cultural que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. (p.4)

Dessa forma, entendemos a metodologia da educação patrimonial como parte de uma educação integral, preocupada com a formação de sujeitos que saibam ler o mundo e agir dentro da sociedade. Isso é possível através do acesso e contato com os objetos do patrimônio cultural – material ou imaterial – bem como dos diversos espaços culturais.

Já o estudo do meio, segundo Circe Bittencourt:

É um método de investigação cujos procedimentos se devem ater a dois aspectos iniciais. O primeiro deles é que esse método é um ponto de partida, não um fim em si mesmo. O segundo é que sua aplicação resulta sempre de um projeto de estudo que integra o plano curricular da escola e pode ser integral ou parcial. (2011, p. 280-281)

Essas propostas metodológicas surgem do esforço de repensar o ensino tradicional diante um uma realidade de alunos (indivíduos) que seconstroem dentro da lógica do mundo (ocidental) pós-moderno e globalizado.

É necessário o comprometimento em privilegiar uma concepção de educação para a diversidade, para a pluralidade, articulando o pensar e o agir, o saber e o fazer,

dando conta das demandas atuais por autonomia e liberdade.

Ao mesmo tempo, as sociedades contemporâneas buscam garantir espaço para as inúmeras identidades (individuais e coletivas) e memórias sociais, que se fortalecem e ressurgem para dar voz aos sujeitos e grupos múltiplos e complexos.

Os museus de história se encaixam nesse contexto como lugares privilegiados de promoção à cidadania devido ao seu enorme potencial educativo. Concordamos com Ramos (2004) quando destaca que o papel educativo dos museus vai muito além de observar os objetos da exposição, mas, sobretudo, o seu potencial argumentativo, sua capacidade de levar os alunos a uma reflexão crítica.

Experiências didáticas vividas através da observação e exploração dos objetos culturais dos museus históricos promovem o saber crítico e possibilitam o estudo das problemáticas históricas (história-problema), através da construção de perguntas que tem:

o passado como fonte de reflexão acerca do presente, indagando as inúmeras tensões e conflitos que se fazem em mudanças e permanências. Assim, a história deixa de ser uma sucessão de eventos e assume a condição de pensamento sobre a multiplicidade do real (RAMOS, 2004, p. 25).

Os museus dispõem de diversas possibilidades de experiências educativas de caráter interdisciplinar e atrativo para crianças e adolescentes. Através do encontro do indivíduo com o objeto histórico. Esses espaços proporcionam aos alunos a reflexão dos diversos sentidos implícitos nos objetos culturais, desde fatos do passado até a relação que eles estabelecem com o tempo presente.

É na convivência com gerações anteriores, nas lembranças preservadas nas fotografias, nas brincadeiras de rua, no mercado, nas redes sociais, que as crianças e jovens aprendem os costumes, as regras sociais e os valores da sua comunidade. E no museu eles podem aprender como esses costumes, regras e valores se transformaram ao longo da história.

Ensinar história não é apenas expor aos alunos recortes de fatos, pedaços de um tempo passado, é preciso ir além, através de debates que repensem os caminhos para a cidadania, para uma sociedade justa, igualitária e inclusiva, com respeito à

pluralidade.

O uso didático do museu é uma das suas mais importantes funções, e, portanto, deve ser sempre encorajado, incorporando às aulas debates sobre:

o que é um museu e sobre o seu papel na constituição da memória social, sendo fundamental, nessa iniciativa, mostrar que tipos de objetos são ali preservados e expostos, a fim de oferecer uma compreensão do que seja uma “peça de museu” (BITTENCOURT, 2011, p. 356-357).

Mas, para que a atividade educativa no museu não se resuma apenas a um ‘passeio’, o(a) professor(a) precisa aliar o tema da exposição ao tema trabalhado em sala de aula. Segundo Pacheco (2012), isso se faz através da produção de um projeto didático que prepare os alunos para a visita e que, posteriormente, traga para a sala de aula as informações e aprendizagens construídas na visita.

Por isso entendemos que o planejamento para o uso didático do museu na sala de aula deve estar atento e prever, inicialmente, a vinculação dos conteúdos estudados à exposição que será visitada; em seguida, a realização da visita com uma programação definida; e, de volta à sala de aula, a utilização da experiência vivida no museu para a realização de uma produção cultural.

O planejamento das aulas é tarefa fundamental da docência. Quando se utiliza o museu e o patrimônio cultural material, o(a) docente precisa organizar a visita com antecedência e analisar qual a melhor forma de abordar a exposição. Assim, não se faz necessário que a turma visite todas as salas de exposição. Ou seja, o(a) professor(a) pode se ater à apenas uma parte do museu ou à um conjunto de peças pré-selecionadas, para não perder o foco do objetivo didático da visita.

Nesse momento o planejamento se torna o grande aliado do(a) professor(a), pois ele é o documento que garante o melhor aproveitamento dos saberes pedagógicos por ele pretendidos. Quando a aula acontece num museu não pode ser diferente, o(a) docente vai precisar elaborar o plano de aula, neste caso, com algumas especificidades.

O Planejamento de Três Tempos proposto por Pacheco (2012) é a forma como o docente organiza o ‘passeio ao museu’ aproveitando o lúdico, mas sem esquecer o significado pedagógico da atividade. Assim, o professor, em seu plano de aula, divide em três etapas o projeto didático: o momento anterior à visita – que pode

ser em uma aula ou mais; a visitaço do museu; e o fechamento do plano, com o debate das impresses dos alunos sobre o que foi visto e estudado.

 importante que a turma seja preparada antes da visitaço ao museu, tendo em vista que esse espaço se expressa num formato especfico, atravs das artes plsticas, da leitura de imagens e objetos, da apreciaço dos sons e da luz e de diversos outros estmulos que no so vividos em sala de aula e que, muitas vezes, so completamente novos para os alunos.

a qualidade da atividade e seu significado pedaggico dependem da qualidade do cuidado do professor no momento do planejamento da atividade. esta previso das aes que direciona a atenço dos alunos para as atividades didticas e potencializa o impacto da experincia vivida pelo aluno. (PACHECO, 2012, p. 69).

Ou seja, o(a) docente precisa estar atento ao seu objetivo didtico com a visitaço, visando as habilidades e competncias a serem desenvolvidas, e o conhecimento que a turma dever construir.

Da mesma forma, Almeida e Vasconcelos (2010, p. 105) apontam que “ preciso compreender as mensagens propostas pela exposiço e construir novas significaces a partir delas”. Ou seja, a exposiço museal deve ser entendida como um documento histrico e, portanto, deve ser analisado e ressignificado, a partir de propostas pedaggicas oferecidas pelo(a) docente.

Concordamos com os autores quando nos dizem que o museu um espaço privilegiado para o ensino de histria, em que o docente elabora sistematicamente o uso didtico do museu. Para isso, previamente h o trabalho de compreenso da linguagem prpria dos espaços museais e sua relaço com o contedo estudado, resultando na fruiço pedaggica desejada da exposiço.

Consideraes finais

O ensino de Histria na atualidade deve ser feito na perspectiva da problematizaço (histria-problema) dos fatos, documentos e narrativas do passado, a partir de critrios e metodologias especficos, com base nas fontes cientficas. Assim, se constri a cidadania nos sujeitos, e desenvolve as habilidades de ler, compreender, questionar e agir positivamente na sociedade.

Os museus são espaços privilegiados para o ensino de história, em que o docente elabora sistematicamente o uso didático do museu. Para isso, previamente há o trabalho de compreensão da linguagem própria dos espaços museais e sua relação com o conteúdo estudado, resultando na fruição pedagógica desejada da exposição.

Os objetos museais são fontes concretas da história, seu uso didático parte da compreensão de que os bens culturais são documentos de investigação do passado, ou seja, eles são fontes históricas. Assim como na utilização de fontes escritas (cartas antigas, tratados, documentos oficiais etc.), eles favorecem a construção do conhecimento histórico, a partir da sua leitura, compreensão, confronto com outras fontes e outras estratégias de ensino.

Dessa forma compreendemos que os museus históricos são importantes laboratórios de história, e que seu uso didático vai além de entendê-los como espaços apenas de apreciação, mas de construção do conhecimento. Identidade cultural e memória social são conceitos fundamentais da disciplina escolar de história, pois são pilares que constroem os sujeitos coletivos. E nos museus os alunos tem o contato direto com os bens patrimoniais que constituem parte da identidade e da memória que sua comunidade compartilha.

Estudar história através da educação patrimonial favorece a construção da cidadania dos indivíduos, uma vez que é estabelecida uma relação entre o passado e o presente por meio do resgate da memória social. Os objetos do patrimônio cultural de um povo fazem parte da constituição e reafirmação da sua história, eles se constituem como elementos fundamentais na construção e consolidação da identidade cultural dos grupos aos quais fazem parte.

Portadores de vestígios do passado (os bens culturais), os museus não são lugares para relembrar um tempo remoto apenas, mas de encontro entre passado-presente-futuro. Pois a investigação desse passado é feita com a demanda dos valores, problemas e necessidades do tempo presente. E aponta para os caminhos que desejamos percorrer, as memórias que coletivamente escolhemos perpetuar.

Referências

ALMEIDA, Adriana Mortara; VASCONCELOS, Camillo de Melo. **Por que visitar museus**. In: O saber histórico na sala de aula. 12 Ed., 1ª reimpressão - São Paulo: Contexto, 2010.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

BRASIL. **Base Nacional Curricular Comum**. Brasília: MEC – Ministério da Educação, 2019.

_____. Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM.
Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/acessoainformacao/o-ibram/>>

_____. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 4.024, 1996. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 11 de abril de 2019.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC – Ministério da Educação, 1996.

FERRARI, Melodi. **Políticas culturais em museus: Panoramas e perspectivas do cenário brasileiro**. Mosaico, Volume 7, Número 11, 2016.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de Ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados**. Campinas, Papirus, 2009.

_____, Selva Guimarães; SILVA, Marcos. **Ensinar História no século XXI: Em busca do tempo entendido**. Campinas, SP: Papirus, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2011.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HALL, S. **A identidade cultural da pós-modernidade**. 11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A,

2006.

HORTA, M.L.P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A.Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília, IPHAN, Museu Imperial, 1999.

PEREIRA, Syrléa Marques. **Entre histórias, fotografias e objetos: imigração italiana e memória de mulheres**. 2008. 279f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de História, Niterói. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_PEREIRA_Syrlea_Marques-S.pdf> Acesso em: 22 jul. 2021.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de História e Patrimônio Cultural: Um Percorso Docente**. 1. Ed. Jundiaí, SP: Paco, 2017.

_____. **O patrimônio histórico: Objeto de pesquisa do historiador**. História Unicap, v. 4, nº 7, Jan./Jun. 2017.

_____. **O museu na sala de aula: propostas para o planejamento de visitas aos museus**. Florianópolis, v. 4, n. 2, pp. 63 – 81, jul./dez. 2012.

_____. **O Museu como lugar de aprendizagem: o tempo histórico**. Florianópolis, XXVIII Simpósio de História, 2015.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do Objeto: o museu no ensino de história**. Chapecó: Argos, 2004.

SANTOS, Rodrigo dos. **Em defesa de uma “caixinha de lembranças” de imigrantes do segundo pós-guerra: o patrimônio a partir do acervo particular da família Egert**. Historiæ, Rio Grande, v. 12, n. 1, p. 214-230, 2021.